



ESTAR NO MUNDO

O sentido da responsabilidade
cívica do cidadão ~~no mundo de hoje~~ ^{dos nossos dias} de
se constituir, para nós, ^{tema} ~~um ponto~~ de
reflexão (eu diria quase, um ponto
para um plano de consciência), de que não
podemos alhear-nos sobretudo no mo-
mento actual.

Desiste-se, ^{no mundo de hoje,} ~~no mundo de hoje,~~ a gene-
ralização do que pode chamar-se uma
"crise de civismo" — a qual, no fundo,
não parece a ser talvez senão uma das
múltiplas faces que pode assumir,
no nosso tempo, um individualismo
reapertado. E esta crise parece veri-
ficar-se mais nitidamente no seio dos po-
vos latinos — o que, por um lado, se de-
ve a razões de ordem temperamental, e,
por outro, a condições específicas de am-
biente e de educação, que não parece a
propósito aprofundar aqui.

Ora sucede que o problema nem sempre tem sido encarado à sua verdadeira luz, até mesmo pelos ~~mesmos~~ ^{até mesmo pelos} próprios cristãos, a quem, a final, deve caber a primazia na tarefa de ter bem presentes os males de que enferma a sociedade e de actuar eficazmente para dar-lhes remédio adequado. Precisamente, muitos cristãos pensavam que a sua mesma condição de cristãos justificava um afastamento da vida cívica ou, o que é mais - até exige esse afastamento.

Muitos vivos de uma comunidade eminentemente espiritual - a Igreja - são, por isso, levados a julgar ser desnecessária ou, até, desaconselhável a sua presença activa nas estruturas da sociedade temporal. É que com eles, assim, que não podem realisar-se verdadeiramente como cristãos, se também como homens, não agirem no sentido da sua realização



⊕ (Como dizia Pio XI "a recta formação do 3
perfeitos, cristãos e cidadãos, cujas boas qualidades
e accões o elemento sobrenatural nobilita e en-
grandece, encerra também em si como não
podrá deixar de ser, o cumprimento dos deveres
cívicos, sociais").

completa. É a realidade humana
define-se por uma unidade substancial
de alma e corpo - à qual, por-
tanto, não podem ser alheios os in-
teresses legítimos da ordem temporal,
que se concretizam nos quadros da so-
ciedade civil. ⊕

Por outro lado ainda, se há toda
a razão em apontar como sendo a
ausência de cristianismo, na vida
individual e na vida das sociedades,
a falta mais grave do nosso tempo -
- se assim é, de que maneira
actuará o cristão para transformar
essa ausência em presença, equiva-
lente ao próprio se obstinar em man-
ter-se ausente, ou, pelo menos, indi-
ferente? Como restabelecer, de novo,
no mundo a presença viva do cris-
tianismo - "instaurare omnia
in Christo" - se não for através de
uma presença real e operante dos



cristãos (de cada cristão) em todos os sectores da vida ?

Torna-se, pois, necessário compreender a esta luz como "a Fé não destrói o civismo, antes o transforma em virtude cristã". Isto dá-se, afinal, na medida em que o civismo autêntico traz em si, fundamentalmente, um conteúdo de Caridade: pode mesmo dizer-se que ele é uma forma de cívica Caridade (amor de Deus, do próximo e de nós mesmos por amor de Deus) nas estruturas temporais. Adiante se irá procurando mais explícita esta ideia.

x x x



O assunto, de que estamos a tratar, radica no problema, tão debatido, das relações entre a sociedade religiosa - incarnada na Igreja - e a sociedade civil - representada pelo Estado.

Não vou, porém, desenvolvê-lo aqui, propriamente sob este aspecto, aliás já afluado no artigo "A Igreja no mundo", do n.º 6 da "Prevenção". Apenas em resumo voltarei a definir a natureza e o âmbito dessas relações - como ponto de partida para o desenvolvimento do tema deste artigo, que constitui, afinal, uma análise, resumida também, de algumas consequências que essas mesmas relações decorrem para a criação.

Quando Jesus disse: "Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus" - definiu, sem deixar margem para qualquer dúvida, uma distinção bem nítida entre o conteúdo da autoridade espiritual e o âmbito do poder civil. Apesar disso, a História tem registado confusões e desvirtuações desta doutrina, quer na ordem dos princípios teóricos, quer na



das realizações práticas. Consequentemente, o magistério eclesiástico, no desempenho da missão, que lhe cabe, de definir princípios e esclarecer as consciências, por diversas vezes se tem pronunciado sobre o assunto — declarando que Estado e Igreja não são, como tantas vezes se pensa, duas sociedades antagónicas, mas sim autônomas, independentes nos campos respectivos (o que exclui a Fundação errada, criada opor, que pretende conduzir a interferências abusivas de parte a parte).

Na realidade, pode dizer-se que os dois poderes são concordantes quer na própria origem ("Todo o poder vem de Deus", como ensina o Apóstolo), quer, até certo ponto, nos seus fins: "Efectivamente, se o Estado deve dirigir os seus esforços para a consecução do bem comum, considerado em si, na sociedade civil (restringe-se, portanto, à ordem



temporal), a Igreja — dirigido-se em-
 bora, sobretudo, à ordem espiritual e
 orientando-se para o seu fim último,
 que é a glorificação de Deus e a salva-
 ção das almas, — realiza entretanto, no
 sentido mais autêntico, o bem comum,
 que se projecta mesmo no plano da so-
 ciedade civil e que é complemento da
realização plena da sua missão na or-
dem espiritual E como, tanto

Fundação Cuidar o Futuro — cada
 um em planos diferentes, embora — a
perpétua da vida humana, daí se segue
 que sempre há-de encontrar-se e devem
 entender-se em tudo o que, nessa tare-
 fa, haja de comum para ambos ."

Este a ~~razão~~ ^{razão} por que — na ex-
 pressão de Leão XIII (Encicl. "Ineffabile
 Dei") — "... deve reinar, entre os dois
 poderes, uma ordenada harmonia; a
 qual é comparável, e com razão, àque-
 la pela qual a alma e o corpo se



unem no homem". (E quem - serão
 os cristãos, simultaneamente membros
 da Igreja e cidadãos de um Estado -
 quem poderá implantar e fazer viver,
 nas próprias estruturas da sociedade,
 uma tal harmonia?)

E, sobretudo pelo seu poder de ma-
 gistério ~~estabelecido pelo~~ e de governo
 (cuja natureza foi sempre focada no já
 citado artigo da "Breve"), que a Igreja
 tem o direito de fazer sentir a sua in-
 fluência na sociedade civil. Com efeito,
 não há que discutir a afirmação de que
 esta influência só poderá realizar o bem
 comum - que tem de ser seu objectivo
 essencial - se tender a informar os
 seus quadros dos ensinamentos da
 Igreja e a concretizar na sua própria
 vida as normas de conduta que deles
 decorrem. Hoje, mais do que nunca,
 impõe-se tudo fazer para salvar a so-
 ciedade dos erros do laicismo, que,



levado a extremos, chega a ameaçá-la nos seus próprios fundamentos. Entretanto, sobretudo, não esquecer que "se o Reino do Céu não é deste mundo, é neste mundo que começa a realizar-se e há-de incarnar".

E assim, numa época em que tanto se fala do conteúdo filosófico do "estar-no-mundo", impõe-se intervir, afinal, à luz do Cristianismo, e expressar para que ela possa assumir o seu sentido mais autêntico.

Para o cristão, "estar no mundo" (sem ser do mundo) é ser, através de todo, uma presença operante, a penetrar da verdade cristã a vida humana em todos os seus sectores - sem que nada do que é humano lhe seja estranho, excepto o pecado.

Para salvar os homens, o Filho de Deus não hesitou, Ele próprio, em fazer-se um deles; a Encarnação



foi, assim, condição ~~necessária~~ prévia para se consumar a Redenção. Hesitaremos ou seu assumir todas as responsabilidades que decorrem de natureza humana, que é a nossa? Fugiremos ao nosso ^{dever de} "incarnação" no mundo de hoje, onde também cada um de nós é chamado a ^{caputar a} completar (tanto quanto é lícito falar assim) a ^{obra de} Redenção? Se hesitarmos, se fugirmos, estaremos ^{porque} ~~na medida em que~~ deixando de dar o nosso contributo para a elevação dessa mesma natureza humana no sentido do sobrenatural. Ignoramos, entretanto, que "toda a vida profana tem um sentido religioso, na medida em que deve ser elevada para Deus".

O Espírito conta connosco para, através de nós, poder inserir-se, esse facto, nas estruturas temporais e realistas, assim, mais eficazmente, a sua missão no mundo. Não podemos com ^o para informá-las de Cristianismo trívio



firmar a ignorar isto, conscienciamen-
te ou não. "Vós sois o sal da terra;
se o sal perder a sua força, com que
se salgará?" (Teremos esquecido que
estas palavras ^(de Cristo) são para nós?)



x x x

Não parece necessário existir um (por
existente) em que é a hávis da inter-
ra correspondência às suas responsabil-
dades cívicas, no seu sentido mais lato
e na multiplicidade de ~~partes~~ aspectos
que estas podem assumir em traute
cada pessoa, tempo ou lugar — que o
cristão pode afirmar no mundo a
sua presença de cristão. Aqui, resta
apenas apontar, entre muitos, alguns
dos domínios a que tais responsabili-
dades dizem respeito, e fazer referên-
cia à maneira de realizar, na or-
dem prática, as exigências que delas de-
correm.

Fundação Cuidar o Futuro

ou económica — da vida do seu pró-
prio país e da situação internacional.
Sobretudo, exige-se-lhe a disponibili-
dade necessária para estar pronto a
intervir, de maneira operante, sempre
que as suas condições pessoais ou as
circunstâncias do momento solicitem
a afirmação da sua presença e o es-
tímo da sua colaboração. Directas ou
indirectas ^(e em grande ou pequena escala) — conforme lhe for pedido —
essa presença e essa colaboração devem
significar sempre ^{positivo} um contributo no
sentido de ^{fazem} impregnar de espírito
cristão as estruturas sociais, as ins-
tituições, as próprias leis.

Dirigindo-se a Portugal, afirmava
Pio XI em determinada ocasião: "É
até um dever de caridade para com
a Pátria, interessar-se pelos negócios
públicos e participar nos seus cargos,
por isso que qualquer cidadão deve,
conforme as possibilidades, atender ao



bene da própria vida: " Semelhantemente, podem esquematisar-se como regras, as razões do ^{imperativo moral} ~~dever~~ de participação de todo o cristão na vida pública: " dever de justiça social para com a comunidade; obrigação de piedade filial para com a Pátria; legítimos interesses, porque a religião pode influir benéficamente na política e uma política bem orientada fornece à Igreja condições favoráveis para o exercício de seu ministério espiritual".

Fundação Cuidar o Futuro



É evidente que, em muitos casos (e talvez na sua maior parte) ~~em~~ o cristão não será chamado a actuar com um "rótulo", quer dizer, na qualidade de cristão - nem convirá que o faça desse modo (aliás, em todos os actos que possa envolver a sua participação na vida pública, ~~o~~ ~~cristão~~ deverá evitar sempre dois excessos que facilmente podem ~~cair~~ ~~e~~ ~~de~~ ~~acusa~~ dos quais

o advertida ^{já} Leão XIII na Encicl. "Sapientia Christianae" : a falsa "prudência" e a temeridade). O que ^{porém} se lhe exige, em qualquer circunstância, é que actue como cristão - isto é, de ^{pleno} acordo com a sua consciência cristã.

Não se julgue, porém, depois de tudo o que fica dito, que a responsabilidade cívica do cristão se confina ao âmbito de uma participação directa e activa na vida cívica. Se esgota desse modo. Se assim fosse, pessoas haveria que - não lhes proporcionando as suas condições habituais de vida uma função preponderante dentro das estruturas sociais - só porventura em ocasiões esporádicas poderiam corresponder a uma tal responsabilidade. Ora, precisamente, é também na vida de cada dia, de momento a momento, que se é chamado a dar, sob os aspectos mais diversos, um contributo



⊗ (e caber neste ponto até ^{aqueles} aspectos dos 16
relações entre as pessoas, e se incluírem no 7
costume chamam-se a "boa educação" ^{3º} por vezes
são minimizados)

personal para o bem comum, dentro
das comunidades em que cada um
se encontra viverido: família, profis-
são, grupo social. Na medida em
que o cristão procura corresponder às
exigências, de toda a ordem, que exort-
re a sua existência em cada uma
destas comunidades; na medida em
que ele é respeitador dos princípios
de autoridade legítima que as orientam
e submissão às leis justas que as in-
formam — nessa mesma medida es-
ta, sem dúvida, a realizar plenamente
te, na esfera que lhe é pedida, a sua
responsabilidade cívica. Mais ainda:
é na medida do testemunho de sua
rectidão, integridade moral e coerên-
cia de vida que o cristão dará o
seu mais eficaz e valioso contributo
personal para o bem comum.
Lê-se na Sagrada Escritura que
o melhor, em atempação a dez justos,



os tivesse recobrado lá - teria poupa-
do ao castigo a cidade pecadora. É
salvo occasias de meditar-mos nisto
profundamente e de pensarmos em
como será grande o quinhão de cul-
pa dos males cristãos nos males
de toda a ordem que afligem, nos
tempos de hoje, a sociedade dos homens.
(Que nos sirva de ponto de referência
toda a tragédia da actual situação inter-
nacional). **Fundação Cuidar o Futuro**
esta, se os cristãos, pela sua virtu-
de, se empenhassem em atrair para
~~ele os favores de Deus~~ não ofender
Deus e em atrair para a humanidade
de as Suas graças?

Urge, pois, que a responsabili-
dade cívica do cristão seja encara-
da também por este prisma, a uma
lei sobrenatural. Que se lhe dê a vez
e a honra de a cumprir, o sentido ^{mais} ~~certo~~
do ~~trabalho~~. Então, já não será difícil com-



preendi-la e ~~vivê-la~~ viver as suas exigências, como forma de expressão ~~da Caridade~~ - vivada em moldes temporais, da autêntica Caridade cristã.

Maria Celeste Vaz de Souza

Fundação Cuidar o Futuro

